

CULTURA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O CASO DE GUARAMIRANGA-CE

Adriano Corrêa **MAIA**¹

Vilma Terezinha de **ARAÚJO**²

É inegável que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria. No entanto, também há a crença muito difundida de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais, sendo preciso pô-los à parte das mercadorias normais. (...) Talvez façamos isso porque somente conseguimos pensar a seu respeito como produtos e eventos que estão num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano.

David Harvey, *A produção Capitalista do espaço*.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir qual o significado e como é incorporado o conceito de *cultura* dentro dos estudos do território e do desenvolvimento territorial, principalmente dentro da Geografia. A motivação da discussão sobre esta conceituação é possibilitar uma análise mais crítica da realidade espacial e de suas respectivas transformações territoriais, permitindo com isso a realização de algumas contestações sobre a relação cultura-desenvolvimento territorial. Como um exemplo desta relação, colocamos o caso de Guaramiranga - CE, onde a apropriação da cultura tornou-se o elemento central para as transformações territoriais locais. Assim, temos instrumentos para observarmos de uma forma mais transparente as “estratégias de poder” que, na verdade, tentam sustentar e impor um conceito de cultura apropriado com os seus modelos de desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: cultura, território, desenvolvimento territorial.

CULTURA Y DESARROLLO TERRITORIAL: CONSIDERACIONES TEÓRICAS Y EL CASO DE GUARAMIRANGA-CE

Resumen: El objetivo del presente artículo es discutir cual es el significado y como está incorporado el concepto de *cultura* en los estudios del territorio y del desarrollo territorial, principalmente en el discurso geográfico. Esta discusión se justifica una

¹ Mestrando em Geografia - IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Unesp – Rio Claro - Orientadora: Prof. Dra. Bernadete Castro Oliveira – adrianocmaia@gmail.com.

² Doutoranda em Geografia - IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Unesp – Rio Claro - Orientadora: Prof. Dra. Bernadete Castro Oliveira – araujovilma@hotmail.com.

vez que se quiere analizar más críticamente la realidad espacial, así como también las respectivas transformaciones territoriales – para, con esto, contestar la relación supuesta entre cultura y desarrollo territorial. Ejemplificando esta relación exponemos el caso de de Guaramiranga/CE, donde la apropiación de la cultura se ha vuelto el elemento principal de las transformaciones locales. Así, tenemos instrumentos a fin de observar desde un ángulo más transparente las “estrategias de poder” que, en verdad, intentan sustentar y imponer un concepto de cultura que ha sido apropiado por medio de sus modelos de desarrollo territorial.

Palabras clave: cultura, territorio, desarrollo territorial

Introdução

Atualmente, dentro da Geografia, a abordagem da relação entre a cultura e o desenvolvimento territorial vem ganhando destaque, sendo a cultura colocada como uma das alternativas para o desenvolvimento do espaço local perante a “luta” com o mundo global. Mas, um ponto falho na maioria desses trabalhos é a não discussão, ou melhor, a não definição clara do que é este conceito de cultura nas questões do desenvolvimento territorial.

Então, com o objetivo de abrir este debate, pretendemos no decorrer do artigo discutir como o conceito de cultura é utilizado, qual o seu papel e a sua função ideológica dentro dos modelos atuais de desenvolvimento territorial, principalmente dentro da Geografia. Para isso, partiremos da constatação colocada por Harvey (1992) de que há atualmente uma íntima relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas e os modos mais flexíveis de acumulação do capital vinculados e expostos através deste novo ciclo de “*compressão do tempo-espaço*” na organização do capitalismo: “*vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972*”.

Com isso, temos o ponto de partida para a análise que pretendemos desenvolver sobre a relação do conceito de *cultura* e as estratégias de desenvolvimento territorial que o utilizam, uma vez que este processo da “*vida cultural*” sobre a sociedade capitalista ocidental contemporânea traz uma conexão fundamental de como a *cultura* é utilizada nas estratégias de desenvolvimento do território, possibilitando assim, visualizar claramente como este modelo de desenvolvimento através da cultura está profundamente ligado a um sistema de produção, marketing e consumo.

Decorrente disto, pretendemos discutir o conceito de *cultura*, passando a fazer muitos questionamentos sobre sua utilização. Assim, analisaremos a *idéia* de *cultura* de outra forma, que permita-nos entendê-la em sua noção de totalidade, sem a possibilidade de divisão entre um domínio material e outro cultural, permitindo então refletirmos mais coerentemente sobre as “estratégias de poder” que, efetivamente, tentam sustentar e impor um conceito de cultura apropriado (Mitchell, 1990).

Em síntese, para a discussão da *idéia* de *cultura* vamos inicialmente debater os conceitos de território e desenvolvimento territorial vigentes em muitos trabalhos que analisam a relação local-global. Após vamos explanar sobre o conceito de cultura, principalmente dentro da Geografia, para que ele traga um melhor entendimento das estratégias que o conceito carrega, especialmente em relação as estratégias de desenvolvimento territorial. Como um exemplo da aplicação dessas estratégias, colocamos o caso de Guaramiranga, cidade do estado do Ceará, onde a apropriação da cultura tornou-se o elemento central para o desenvolvimento econômico e as transformações territoriais locais. Com isso esperamos concluir e alertar para o importante papel que o conceito de cultura tem nos modelos de desenvolvimento territorial.

Território e desenvolvimento territorial

Na contemporaneidade temos que as novas tecnologias de informação e de comunicação estão influenciando todos os processos produtivos, as formas de organização do trabalho, a gestão empresarial, os modos de regulação dos processos socioeconômicos (Castells, 2000). Com isso, muitos estudos colocam a necessidade de se pensar o “espaço” para além do suporte geográfico, uma vez que se tornou essencial introduzir inovações tecnológicas, sociais e organizacionais no complexo tecido produtivo e empresarial. Estes estudos surgiram principalmente da necessidade de se definir as novas formas de ação das administrações públicas, que a partir deles passaram a incentivar o fomento produtivo e a negociação estratégica entre atores sociais para ser atingido um desenvolvimento econômico social necessário, e conseqüentemente o “bem-estar” social dos cidadãos.

Nesse sentido, para estas análises é mais adequado pensar o território em termos de espaços socialmente organizados, com ativos e recursos, suas capacidades para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os

responsáveis pelas atividades produtivas e a comunidade. Conseqüentemente, o território passa a ser analisado como um promotor de recursos específicos e, portanto, como um dos principais atores do desenvolvimento. Assim, o território passa a ser conceituado como um espaço abstrato de cooperação entre diferentes atores com uma ancoragem geográfica, que produz processos de criação de recursos particulares (sociais, econômicos e culturais) com os objetivos de resolver problemas e apontar para novas soluções (Pecqueur, 2000). Resultado desse desenvolvimento teórico do conceito de território temos a definição do conceito de desenvolvimento territorial local (Veiga, 2002), que coloca o desenvolvimento do território como sendo algo interno, integrado, comunitário e sustentável.

Este desenvolvimento territorial colocado está baseado na dependência de como a sociedade organiza a sua produção social, mas também como ela participa da criação de espaços necessários para a negociação entre os diferentes atores sociais em prol de uma meta comum, que seria garantir o desenvolvimento socioeconômico territorialmente equilibrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Assim, é retomada a importância do papel das organizações, das instituições e dos territórios para a noção de desenvolvimento, sustentando-se assim que o desenvolvimento territorial é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região.

Então, este desenvolvimento territorial está inserido nas estratégias competitivas da globalização, sendo ele dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais no qual o território é um dos atores principais do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações, as instituições e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponível ou a ser criados; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Desta forma o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

Portanto, a idéia de que o desenvolvimento é localizado e depende de ativos e recursos próprios a certas regiões (“capital natural”, “capital humano”, “capital

social”, “capital cultural”), está na origem de numerosos estudos que trazem novas luzes para entender os mecanismos de indução do desenvolvimento local e regional.

Entretanto, todo este aporte teórico colocado acima sobre os conceitos de território e desenvolvimento territorial encontram barreiras em varias regiões onde não são presentes possibilidades de se “criar” este desenvolvimento territorial baseados nas indústrias manufatureiras e nos recursos humanos qualificados. Assim, como uma saída para esta questão, é colocada em muitos casos a opção pela exploração do patrimônio natural e da cultura como estratégia para o desenvolvimento local. Assim, os atores sociais desses territórios são sensibilizados a “buscarem” as suas vocações e potencialidades territoriais dentro do campo cultura (geralmente o patrimônio material e imaterial).

Mas, a maioria dos estudos que buscam na cultura a fonte para o desenvolvimento territorial local, utilizam o conceito de cultura de forma desinformada, sem uma definição e entendimento preciso do conceito (“cultura é tudo”), resultando assim uma deterioração do seu conteúdo analítico. A cultura, nestes estudos, aparentemente é responsável para dar entendimento aos resíduos analíticos da lógica econômica, isto é, quando não se consegue enquadrar um objeto no âmbito da economia ele é jogado para o “guarda-chuva” da cultura. Com isso, nessas análises temos favorecido e encoberto os processos mistificadores do poder social, através dessa abstração essencialmente cava e desligada do conceito de *cultura*. E isto continuará dessa forma até quando passarmos a entender esta noção de cultura antológica e, concentrar a nossa atenção para o modo em como a própria *idéia* do conceito de *cultura* foi desenvolvida (historicamente) e desdobrada como um meio de tentar organizar, controlar e definir os “outros” em oposição à “nós”, com a finalidade de manutenção e incremento do poder ou do lucro na sociedade capitalista. Isto é, deixar claro como o modo de produção capitalista se apropria da cultura e de seu conceito vigente.

Então, a partir disso pretendemos discutir o conceito de cultura, principalmente dentro da Geografia, para um melhor entendimento dos artifícios que o conceito carrega, especialmente em relação as estratégias de desenvolvimento territorial.

Conceito de cultura na Geografia e a sociedade contemporânea

Dentro da Geografia sempre ocorreu um intenso debate, - principalmente dentro da Geografia Cultural -, sobre o entendimento e conseqüentemente uma definição do conceito de *cultura*. Ele tem início com o culturalismo de Carl Sauer e a escola de Berkeley, passando pela crítica de Duncan (1980) a esta visão supra-orgânica da *cultura* e a partir daí com contribuições significativas dos *novos geógrafos culturais*, principalmente do mesmo Duncan (1990) colocando o desenvolvimento da cultura como um sistema de significados e por Jackson (1989) que a teoriza como um nível. Dentro deste debate nas décadas de 80 e 90, ocorreu uma “aparente” convergência para uma unanimidade em alguns pontos no interior do conceito, principalmente como sendo ele de caráter simbólico, ativo, constantemente sujeito a mudanças e marcado por relações de poder. Em todas as definições, constatamos a cultura sendo um processo identificável, uma categoria de análise, um nível ou uma esfera mapeável, compreendendo-a como um domínio da vida social separável da (mas interligado com) economia e da política.

Mas a passagem da compreensão do conceito de *cultura* como “coisa” para “domínio” também não obteve a conseqüência objetivada por seus formuladores, uma vez que o conceito continuou favorecendo e encobrindo processos mistificadores do poder social, prosseguindo assim a reificação de uma abstração essencialmente vazia e solta de *cultura* (ver discussão: Cosgrove, 1996; Duncan, 1996; Jackson, 1996; Mitchell, 1995 e 1996).

Então com a intenção de evitar as armadilhas que esse tipo de desenvolvimento traz no seu bojo, propomos uma análise mais crítica do conceito de *cultura*, colocando como ponto central da discussão a não existência da tal coisa (ontológica) que chamamos de *cultura* (cf. Mitchell, 1995). No lugar desta “coisa”, há apenas uma idéia concebida muito poderosa de *cultura*, uma idéia que se originou sob condições históricas específicas e posteriormente expandiu-se como um modo de ratificar as diferenças materiais, a ordem social vigente e as relações de poder (cf. Mitchell, 1990). Mas estas legitimações não são da cultura propriamente “dita”, quer definida como um nível, meio ou sistema de significações. Este modo de ver e conceitualiza-la não impedem a reificação, mais exatamente a perpetuam, introduzindo bem no cerne da Geografia o que ainda é um conjunto bem mistificado de suposições sobre como se realiza a prática social. E isto prosseguirá dessa maneira até quando os geógrafos deixarem esta noção de uma cultura antológica e,

passarem a se concentrar no modo em como a própria *idéia* do conceito foi desenvolvida (historicamente) e desdobrada como um meio de tentar organizar, controlar e definir os “outros” em oposição a “nós”, para a manutenção e incremento do poder ou do lucro na sociedade capitalista. Isto é, deixar claro como o modo de produção capitalista se apropria da cultura e de seu conceito vigente.

Então, para o entendimento do conceito, vamos recorrer aos vários sentidos que a palavra cultura teve no decorrer da História (Thompson, 1995; Cuche, 2002; Kuper, 2002), uma vez que a aceção que ela tem hoje é, em certa medida, um produto desta história.

Seu sentido mais antigo é o que aparece na expressão “cultivar o espírito”. Este é o *sentido clássico* que podemos designar como “cultura valor” por corresponder a um julgamento de valor que determina quem tem cultura e quem não tem, ou se pertence a meios cultos ou se pertence a meios incultos (este sentido define a classe social à qual o indivíduo pertence).

O segundo sentido agrupa outras significações relativas à cultura: é o *sentido antropológico* que podemos designar de “cultura alma coletiva”, sinônimo de civilização (alguns pesquisadores dividem esta concepção em: *concepção descritiva* que se refere a um conjunto variado de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica e a *concepção simbólica* onde o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e na ação simbólica). Nesta aceção todo mundo tem cultura. Essa é uma cultura muito democrática: qualquer um pode reivindicar sua identidade cultural. É uma espécie de a priori da cultura: fala-se em cultura negra, cultura rural, cultura urbana e assim por diante. É uma espécie de alma um tanto vaga, difícil de captar, e que se prestou no curso da História a toda espécie de ambigüidade, pois é uma “*dimensão semântica que se encontra tanto no partido hitleriano, com a noção de Volk (povo)*” (CUCHE, 2002), quanto em numerosos movimentos de emancipação que querem se reapropriar de sua *cultura* e de seu fundo cultural.

O terceiro sentido, o “sentido atividade cultural”, corresponde à cultura de massa e que poderíamos chamar de “cultura-mercadoria” (Canclini, 1999). Aí já não há julgamento de valor, nem territórios coletivos de cultura mais ou menos secretos, como nos outros sentidos anteriores. A cultura são todos os bens: todos os equipamentos (como as casas de cultura), todas as pessoas (especialistas que

trabalham nesse tipo de equipamento), todas as referências teóricas e ideológicas relativas a esse funcionamento, tudo que contribui para a produção de objetos semióticos (tais como livros e filmes), difundidos num mercado determinado de circulação monetária ou estatal (Guattari e Rolnik, 2005).

Fazendo uma análise crítica deste pequeno histórico do conceito ocidental de cultura observamos sua função de separar, naturalizar e mistificar as atividades semióticas (atividades de orientação no mundo social e cósmico) em esferas, às quais os homens são remetidos. Isoladas, tais atividades são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante – ou seja, elas são cortadas de suas realidades políticas (Deleuze e Guattari, 2000).

No nosso entendimento esses três sentidos de cultura que aparecem sucessivamente no curso da História funcionam simultaneamente, e há uma complementaridade entre esses três tipos de sentidos.

Isso pode ser observado na produção dos meios capitalistas, onde a produção da subjetividade “capitalística”³ gera uma cultura com vocação universal, sendo ela uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho, e na confecção de uma força coletiva de controle social. Mas, independente desses dois grandes objetivos, esta cultura também está totalmente disposta a tolerar territórios subjetivos que escapam relativamente a essa *cultura* geral (resistência contra culturas hegemônicas). Assim, é preciso, para isso, tolerar margens, setores de cultura minoritária – subjetividades em que possamos nos reconhecer, nos resgatar entre nós numa orientação alheia à do capitalismo mundial integrado. Essa atitude, entretanto, não é apenas de tolerância, nas últimas décadas, essa produção capitalística se empenhou, ela própria, em produzir suas margens, e de algum modo equipou novos territórios subjetivos: os indivíduos, as famílias, os grupos sociais, as minorias, entre outros. Tudo isso parece ser muito bem calculado, podendo-se dizer que, neste momento, o Estado (através de órgãos e instituições culturais) está desenvolvendo uma perspectiva “modernista” na qual se propõem a incrementar, de maneira aparentemente democrática, uma produção de cultura que permita a sociedade sentir a sua unidade e ligação com os acontecimentos decorrentes da

³ Guattari acrescenta o sufixo “ístico” a “capitalista” por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do assim chamado “terceiro mundo” ou do “capitalismo periférico”, que vivem numa espécie de dependência e contra-dependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, funcionam com uma mesma política do desejo no campo social, em outras palavras, com um mesmo modo de produção da subjetividade e da relação como o outro.

produção capitalista. E também encorajar formas de cultura particularizadas, a fim de que as pessoas se sintam de algum modo numa espécie de território e não fiquem perdidas num mundo abstrato (Guattari e Rolnik, 2005).

Para o entendimento do conceito de cultura

Então, para um verdadeiro entendimento do conceito de cultura temos que rejeitar a procura “*pelas raízes ontológicas de cultura*”, para com isso, passar a trabalhar com a *idéia* que está contida dentro do conceito (cf. Michell, 1995), esta com esclarecimentos de extrema importância dentro do quadro teórico e empírico das análises do território e do desenvolvimento territorial. Sendo que o entendimento da “*idéia de cultura*”

(...) permite-nos compreender melhor a impossibilidade de dividir o mundo “em dois domínios claramente opostos, de um lado, uma ordem material e, de outro, uma esfera separada de sentido ou cultura”, para ver melhor as “estratégias de poder” que, afinal de contas, reforçam essas distinções (MICHELL, 1995, p. 25).

Com isso, podemos realizar uma abordagem totalmente crítica do conceito, examinando atentamente os “*mecanismos*” das relações culturais para mostrar como a *idéia de cultura* é tomada real “na base” – como ela é colocada e reforçada por práticas intelectuais e materiais.

Para o desenvolvimento desta abordagem voltamos a recorrer à *idéia* de David Harvey (1992), que ao “pensar” sobre a sociedade capitalista ocidental contemporânea, coloca o conceito de “*vida cultural*”, incluindo nele a formação de julgamentos culturais, como sendo profundamente amarrado a um “sistema de produção, marketing e consumo”. Desta inter-relação, podemos concluir que “*vida cultural*” ou o conceito de *cultura* “*é, em parte, a mediação de produção e consumo na vida cotidiana, no mundo capitalista contemporâneo*” (MICHELL, 1995). Entendemos então que a *cultura* enquanto esfera autônoma só existe no nível dos mercados de poder, dos mercados econômicos, e não no nível da produção, da criação e do consumo real.

Desta maneira, a *idéia de cultura* que se consolidou, e é desta forma que ela passa a ser utilizada nos trabalhos de análise de território e de desenvolvimento territorial, nos quais ela vai estar conectada à necessidade de regular ou normatizar

as contradições entre os sistemas de produção e de consumo – nominar e definir resistências e estratégias, consolidá-las e as tornar reconhecíveis, e finalmente, apropriá-la como uma mercadoria “exclusiva” do local (ver como exemplo o conceito de “renda monopolista” de Harvey (2005)).

Portanto, refletindo sobre o colocado até o momento, observamos ser de extrema importância discutir o entendimento das idéias contidas no conceito de *cultura*, para que os elementos que estão “escondidos” dentro do próprio conceito venham a ser desmascarados e desmistificados. Assim, permitindo-nos observar como os “*mecanismos da cultura*” impõem e principalmente mediatizam através da naturalização realizada através da *cultura* as relações econômicas e políticas, transformando práticas, idéias, atividades, linguagens, produções, etc., em uma representação da *cultura*, uma representação para promover o desenvolvimento territorial local.

Desta maneira, compreender o conceito permite-nos estudar e pesquisar estes “*mecanismos*”, abrindo opções para se entender como a idéia de *cultura* funciona na sociedade contemporânea capitalista e nas suas estratégias de desenvolvimento.

Cultura e transformações territoriais

Então, observamos com um entendimento da idéia que está contida dentro do conceito de cultura, ser um fato proeminente da vida contemporânea a maneira como a *cultura* “*mais e mais [...] é trazida ao alcance do nexo do dinheiro e à lógica de circulação de capital*”, isto não significa que toda ação realizada dentro do sistema cultural é “*reforçado ou descartada de acordo com as racionalizações post hoc do lucro*”, mais é evidente que a lógica do capital “*há muito está implícita nessas atividades*” (HARVEY, 1992). Um exemplo claro disto está no surgimento do “*novo empreendedorismo urbano*” (uma estratégia de desenvolvimento territorial local) que observamos dentro da administração pública atual das cidades, a qual se apoiando em parcerias público-privadas, vem enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar “em cima” da *cultura*, isto é, a *cultura* “serve” como uma das opções básicas para este empreendedorismo, onde “tradições”⁴ e eventos culturais (festivais, festas, roteiros históricos, etc.) se

⁴ Aqui o conceito de tradições (“inventadas”) é trabalhado como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de

tornam foco de atividades de investimentos. Por isso, neste caso os espetáculos e a exposições culturais se transformam em símbolos de uma comunidade dinâmica, deste modo, esta região urbana tem a expectativa de poder aderir e sobreviver como o local de solidariedade comunitária, enquanto analisa a opção de se aproveitar do consumo conspícuo num oceano de recessão em expansão.

As artes criam um clima de otimismo – a cultura do “é possível fazer” é essencial para o desenvolvimento do empreendimento cultural, afirma a introdução de um recente relatório do Arts Council of Great Britain, acrescentando que as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior e ajudar as pessoas “a acreditar em si mesmas e em sua comunidade” (HARVEY, 2005 p. 176-177).

Então, como podemos constatar a idéia de *cultura* está inteiramente integrada à economia e a política do mundo capitalista contemporâneo. Conforme coloca Harvey:

A razão para fazer qualquer distinção entre base (a economia) e superestrutura (cultura), se jamais existiu, nesse meio tempo desapareceu completamente. A produção cultural, superior e inferior, de apoio e crítica de valores capitalistas, agora tornou-se tão comodificada que está completamente envolvida em sistemas de avaliação e circulação monetária” (HARVEY, 1992, p. 124).

Portanto o desenvolvimento dado até o momento, na verdade está expondo implicitamente que o conceito está diretamente envolvido na reprodução da vida cotidiana. A *cultura* é inseparável das relações de produção, consumo e de poder. Aqui é importante ressaltar a noção de totalidade na qual ela está inserida na sociedade capitalista contemporânea.

Então, a idéia de *cultura* institui uma base ideológica a partir do momento que faz a interface entre o “*funcionamento da economia e de outros aspectos da vida social*” (Michell, 1995). Pois “*cultura*” consiste em um sistema de poder e uma imposição de significados, tão complexos e contestados quanto esse sistema possa

comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawn e Ranger, p. 9, 1997)

ser. Portanto entendemos que, “*cultura*” não é “somente” uma coisa, um processo, uma esfera ou um domínio em e de si mesmo e sim, “*em parte, a mediação de produção e consumo na vida cotidiana*” (cf. Michell, 1995).

Depois de discutir o entendimento do conceito, e chegar à conclusão de como funciona os “mecanismos” da *cultura*, podemos iniciar um processo de entendimento de como a *idéia* de *cultura* funciona, como ela faz esta mediação entre o econômico e o político, e qual sua influência nas relações sociais de produções e reproduções.

Partindo por esta abordagem, fica mais fácil examinar como esta mediação e normatização que a *cultura* realiza nas relações de poder e dominação, ela deixa mais exposto o seu funcionamento dentro da prática social. Vai permitir a decodificação da maneira como a cultura⁵ produz indivíduos normatizados, articulados uns aos outros, segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão muito dissimulados. Na realidade vai também colocar em discussão a produção de subjetividades. Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente (Guattari e Rolnik, 2005).

Portanto, este debate sobre a *idéia* de cultura permite:

Compreender como grupos poderosos historicamente operacionalizaram a noção de cultura, examinando, por exemplo, como referências à cultura e às diferenças culturais (e sua valorização como atributos do povo) ajudam a colonização, a “guerra” étnica, a produção de uma “subclasse” nos permitirá começar verdadeiramente a ver as “geografias da cultura”...- não como alguma romantização de movimentos oposicionais, nem como um exercício na celebração da diversidade,..., mas como processos sociais reais, práticas de representações materiais ... (MICHELL, 1995, p. 25).

Finalizando, todo este desenvolvimento do conceito de cultura, permite um grande leque de opções a serem consideradas dentro das pesquisas sobre o entendimento dos patrimônios, culturas e identidades no desenvolvimento territorial. Com isso, vamos poder compreender melhor como as “estruturas de poder” são impostas (subjetivadas) sobre estas estratégias de desenvolvimento territorial.

⁵ Aqui se referindo principalmente a “cultura de massa”.

O uso da cultura no Município de Guaramiranga-CE

A idéia de cultura como elemento constituinte para o desenvolvimento local é evidenciado no município de Guaramiranga⁶ – CE, no qual a apropriação da cultura global (“cultura de massa”) juntamente com as tradições locais foram apropriadas para a viabilização de um pretenso desenvolvimento, através da criação de eventos culturais.

Nas duas últimas décadas, percebe-se mudanças significativas no município; pois a região de Baturité da qual faz parte, historicamente era concebida como importante fornecedora de frutas e legumes para a capital, cana-de-açúcar (transformada em rapadura) para os “sertões” e café para exportação. A partir da década de 1970, houve uma estagnação na economia, o solo já apresentava sinais de exaustão devido ao intenso uso. Depois de várias tentativas frustradas (apoiadas pelo governo), com diferentes formas de cultivo do café, a decadência dessa atividade era visível. Assim, no final da década de 1980, empresários locais⁷, que viam suas terras improdutivas, formaram um grupo que reivindicavam a criação da Área de Proteção Ambiental de Baturité, que foi instituída através de decreto em 1990 pelo Governo do Estado, com intenção de valorização da área.

No entanto, as taxas de crescimento da região de Baturité se apresentavam praticamente inalteradas. Sendo o município de Guaramiranga um dos mais afetados com o declínio do cultivo de café. As terras improdutivas, eram colocadas a venda e compradas por investidores que usavam a serra para lazer, descanso e tratamento de saúde.

Com esta situação a atividade turística foi uma alternativa encontrada pelos empresários e governantes na esfera local e estadual para buscar o crescimento econômico e o desenvolvimento territorial (a cultura entra em cena como suporte para o “empreendedorismo urbano” – conforme colocado acima). Hoje o município aparece como um dos principais destino turístico do Estado, no calendário eventos que atende um público diversificado, principalmente a classe média e alta fortalezense, que possuem no local casas de veraneio.

⁶ Guaramiranga localiza-se na microrregião de Baturité, há aproximadamente 100Km de Fortaleza, a população em 2000 era de 5.712 habitantes, é uma das cidades de maior altitude do Estado do Ceará com 865,24m. A temperatura varia entre 17°C e 22°C, sua paisagem é caracterizada pelo verde abundante, em contraste com as áreas semi-áridas do seu entorno.

⁷ Apesar dos empresários possuírem terras e negócios na Serra as famílias residiam em Fortaleza.

A apropriação da cultura pelo capitalismo com o objetivo de lucro no desenvolvimento econômico de Guaramiranga pode ser visto, nas duas últimas décadas, com a criação de diversos festivais e mostras culturais. Sendo os principais eventos: festival de *Jazz e blues*, festival de vinho, festival de *foundue*, festival de gastronomia, festival de vinhos, festival nordestino de teatro, mostra de teatro de Guaramiranga, mostra de dramas, mostra Junina e festas religiosas, entre outros.

O poder público, ao apoiar esses eventos, acredita ser esta alternativa capaz de desenvolver o município com o discurso de geração de empregos e movimentação da economia do lugar. Sendo neste caso a cultura transformada em mercadoria, com o objetivo voltado para o lucro.

Um exemplo disso é o festival de jazz e blues, realizado sempre no período do Carnaval, como opção “cultural” as pessoas que buscam aproveitar o feriado de forma diferente.

A idéia que motivou a realização de um festival de jazz e blues em pleno carnaval foi exatamente a busca por um diferencial que conseguisse despertar a atenção do público (sempre sedento por novidades), da mídia (lugar, por excelência, do extraordinário), e dos patrocinadores (ávidos por associar sua imagem a produtos culturais de qualidade) (MAMEDE, 2003, p. 230-231).

Durante o festival de jazz e blues, anúncios publicitários de um Carnaval diferente com “boa” música e tranquilidade, contribuem para que os visitantes sejam um número maior do que a cidade comporta. Os que não conseguem hospedagem em pousadas e hotéis alugam as casas dos moradores, enquanto esses se deslocam para a casa de parentes. Outros, ainda, buscam hospedagem nos municípios vizinhos. A Sede municipal é o local de encontro dos visitantes. À noite, o fluxo de veículos aumenta. Faltando vagas para estacionar, muitos motoristas ficam irritados, pois a principal área de estacionamento é também a única rua de acesso. No entanto, todos querem aproveitar as “noites de frio”, quando desfilam o seu “guarda-roupa de inverno” e disputam vagas nos restaurantes para consumir o que não é típico da culinária cearense – como o *fondue*, massas, vinhos, chocolate quente.

Outro exemplo do investimento em cultura na cidade é a construção de teatros, sendo que inicialmente em 1992 foi inaugurado o primeiro com capacidade para 150 lugares. Com a divulgação dos eventos e aumento do público, em 1999, foi necessário à construção de um novo teatro com 430 lugares.

A expansão do turismo em Guaramiranga buscou a revalorização da cultura local transformando-a em um bem consumível que pode ser apropriada pelo visitante das temporadas e pelos proprietários das residências de lazer. Essa forma de apropriação, da cultura local pelo turismo, projeta, individualmente, ou em grupos, representantes da comunidade como um *marketing* de valorização cultural. Entretanto, não se constitui em uma política pública de inclusão social, pois, a maior parte dos moradores locais não está engajada nesses projetos fomentados por órgãos públicos ou de desenvolvimento local (ARAÚJO, 2008, p. 111).

Assim, com o turismo diversificado, a procura por objetos que recordem o lugar aumentou, daí muitos moradores, que trabalhavam na colheita do café e confeccionavam cestos de cipó para transportar o produto, absorveram a nova atividade e adaptaram os produtos ao gosto dos visitantes. Como artesãos tiram da mata a matéria-prima para a confecção dos principais artesanatos seja modelando a madeira, seja fazendo traçado de cipó, de vime e taboca ou ainda arranjos com orquídeas ou bromélias.

Mas em contraste com este pretenso desenvolvimento, vemos em contra ponto a comunidade do Pé de Ladeira (7Km da Sede), onde moram mais cinquenta famílias, sendo que a maioria passa por grandes dificuldades, sobrevivendo do artesanato que vendem nas margens da rodovia CE 065, via que dá acesso a Fortaleza. É uma das comunidades mais carentes do município, possuindo ainda casas de taipa, (Figura 1) nos meses mais chuvosos (fevereiro, março e abril), não resistem e caem, colocando em risco a vida das pessoas.

Figura 1



Foto: Casa de taipa na comunidade Pé-de-Ladeira
Arquivo: Vilma Araújo. Em: 02.08.2007.

Também não dispõem de saneamento básico, e a água potável é doada por um sitiante que libera uma torneira durante dois dias na semana. Assim, crianças, jovens, adultos e até os mais velhos passam o dia todo revezando na fila para encher seus baldes e vasilhames, que após são carregados morro acima ou abaixo, já que as casas, como o nome do lugar indica, ficam numa ladeira (Figura 2).

Figura 2



Foto: Moradores da comunidade Pé-de-Ladeira na fila para pegar água.
Arquivo: Vilma Araújo. Em: 26.02.2008.

Evidentemente, a população local não está completamente excluída do processo que dá subsídios a atividade turística, uma vez que se insere enquanto mão-de-obra necessária para o funcionamento da atividade ou ainda utilizando-se da infra-estrutura implantada para viabilizar a expansão do turismo local, mas é claro que o desenvolvimento territorial não atinge a toda sociedade local de uma maneira benéfica e justa, assim, poucos são realmente beneficiados enquanto a maioria ficam nas margens desse processo. Utilizando as reflexões de José de Sousa Martins, essa população não incorporada aos frutos e rentabilidade do capital investido nessa área, desenraizada de seu modo de vida camponês entra em um processo de exclusão:

O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades. (MARTINS, 2002, p. 46).

Considerações finais

O desenvolvimento (e debate) dado ao conceito de *cultura* no artigo coloca-o como uma imposição social num mundo desordenado. Apresenta que na realidade cotidiana o que realmente existe é o desenvolvimento histórico de uma *idéia* de *cultura*, que age como um meio de ordenar e definir este mundo contemporâneo.

Então, o objetivo principal é trazer um esclarecimento de que a *cultura* é a clássica “palavra-cilada”⁸, uma vez que é através de sua complexidade, ela tem a função de ocultar a que se intenta definir. O poder do conceito de *cultura* está em sua “*capacidade de ser usada para descrever, rotular ou identificar atividades em entidades estáveis, de modo que possam ser chamadas de atributos de um povo*” (MICHELL, 1995).

Decorrente disto, entender melhor a *idéia* do conceito de *cultura* permiti-nos uma análise mais clara das “estratégias de poder” que estão implícitas nos símbolos “escritos” e inscritos nas tentativas explícitas de usá-las dentro das estratégias para o desenvolvimento territorial.

⁸ “Há assim algumas palavras-cilada (como a palavra “cultura”), noções-anteparo que nos impedem de pensar a realidade dos processos em questão” (Guattari, 2005).

Assim, a idéia de *cultura* que discutimos passa a estar diretamente conectada à revelação dos mecanismos simbólicos ligados às “*estratégias de poder*” que a *idéia* traz, enfatizando que está intimamente ligada à economia e à política do mundo capitalista contemporâneo, isto é, a *cultura* “*é, em parte, a mediação de produção e consumo na vida cotidiana*” (HARVEY, 1992).

Como exemplo colocamos como a revalorização da cultura em Guaramiranga transformou-a em um bem consumível que pode ser apropriada pelo visitante das temporadas de festivais e pelos proprietários das residências de lazer. A cultura atribui significado e valor ao lugar, mas não se constitui uma política pública de inclusão social, pois, a maior parte dos moradores locais não estão engajados nesses projetos fomentados por órgãos públicos ou de desenvolvimento local.

Com isto, podemos atingir uma abordagem mais crítica das estratégias de desenvolvimento territorial adotadas atualmente através da cultura, devido a ela permitir um exame mais cuidadoso das reivindicações feitas sobre o conceito vigente de *cultura*, com isso tornando mais “acessíveis” as relações de poder e dominação que ela “encobria”. Então, tirando o conceito de suas ligações ou com a visão supra-orgânica ou com noções mais recentes de cultura como domínio ou nível de vida, vai permitir ver sua operação na prática social territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, V. T. Natureza e Cultura: Bens de Negócio, Bens de Sobrevivência. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 2, n. 3 maio/2008 p.103-118.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos culturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

DUNCAN, J. The superorganics in American cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 70, p. 181-98, 1980.

_____. **The city as text**: the politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUNCAN, J. e DUNCAN, N. Reconceptualizing the idea of culture in Geography: a reply to Don Michell. **Transactions of the Institute of British Geographers** 21 (3), p. 576-79, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

COSGROVE, D. Ideas and culture: a response to Don Michell. **Transactions of the Institute of British Geographers** 21 (3), p. 574-75, 1996.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 5ª ed.. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWN, E e RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACKSON, P. The idea of culture: a response to Don Michell. **Transactions of the Institute of British Geographers** 21 (3), p. 572-73, 1996.

_____. **Maps of meaning: an introduction to cultural Geography**. London: Unwin Hyman, 1989.

KUPER, A. **Cultura na visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAMEDE, M. A. B. Cultura e mercado: reflexões a partir do festival de jazz e blues. In: LEITÃO, Cláudia. (Org.) **Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2003.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MICHELL, D. "There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the Idea of culture in geography". **Transactions of the Institute of British Geographers** 20 (1), p. 102-16, 1995.

_____. Explanation in cultural geography: a reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. **Transactions of the Institute of British Geographers** 21 (3), p. 580-82, 1996.

MICHELL, T. Everyday metaphors of power. In: **Theory and society**, New York, v.19, p. 545-77, 1990.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, 2000.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 5-19, set., 2002.